

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

EXERCÍCIO DE 2022



LEI 2264/2021- DE 15 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

O povo do município de Borda da Mata, por seus legítimos representantes, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2022 compreendendo:

- I – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- II – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- III – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- IV – equilíbrio entre receitas e despesas;
- V – critérios e formas de limitação de empenho;
- VI – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- VIII – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- IX – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X – definição de critérios para início de novos projetos;
- XI – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XII – incentivo à participação popular;
- XIII – as disposições gerais.

SEÇÃO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2022 correspondem às ações que serão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que serão integradas de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2022–2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2022 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2022 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2022 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.



SEÇÃO II

DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e aquelas a serem instituídas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022/2025.

Art. 4º. O orçamento fiscal discriminará as despesas, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64 e IN do TCE/MG.

Art. 5º. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo(s) do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2022 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2020, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará à Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de Agosto de 2021, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II



Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2022, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a até 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2022, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

SEÇÃO III

DA POLÍTICA DE PESSOAL E DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2022, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.



Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2022 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.



§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2022.

§ 2º. No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

SEÇÃO V

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2022 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2022 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2021 a 2023, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a – a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;
- b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

SEÇÃO VI

DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2022, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;



- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

SEÇÃO VII

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

SEÇÃO VIII

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitarem-se ao recebimento de subvenções sociais, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão estar



de acordo com as normas estabelecidas pela lei 13.019/2014.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão/rateio com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser submetidas às normas estabelecidas na lei 13.019/2014, que regulamenta as transferências de recursos do poder público às Organizações da Sociedade Civil.

Art. 36. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual.

SEÇÃO IX

DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 38. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

SEÇÃO X



DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo o Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022, os seguintes demonstrativos:

- I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022.

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

SEÇÃO XI

DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2022-2025 e com as normas desta Lei;
- II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2022, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2021.

SEÇÃO XII

DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

SEÇÃO XIII

DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR



Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2022, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2022 mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

SEÇÃO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

“Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante ato normativo:

I – remanejar, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2022, em seus créditos adicionais e, ainda, em decorrência de extinção, transformação, incorporação ou desmembramento de Unidades Orçamentárias e Entidades da Administração Direta e Indireta, bem como alterações de suas competências ou atribuições, desde que autorizadas por lei específica;

II – transpor, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2022 e em seus créditos adicionais em decorrência das mudanças de prioridades de gastos durante a execução, no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão;

III – transferir, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2022 e em seus créditos adicionais, em decorrência das mudanças de prioridades de gastos durante a execução, de uma categoria de programação para outra, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

Art. 45 - Fica o Executivo, mediante decreto, autorizado a alterar a fonte de recurso consignado no orçamento municipal de 2022, para fins de adequação do saldo orçamentário por destinação de recurso dentro da mesma categoria de programação definida no artigo 3º desta Lei.

§ 1º - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, poderão ter suas destinações de recursos alteradas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa, mantendo a estrutura programática do crédito.

Art. 46. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que



indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 49. Se o projeto de lei orçamentária de 2022 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2021, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2021, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2021 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 50. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- Anexo de Metas Fiscais;

- Anexo de Riscos Fiscais;

- Anexo de Metas e Prioridades da Administração.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Borda da Mata/MG, 15 de Junho de 2021.

AFONSO RAIMUNDO DE OUZA

PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO DE METAS FISCAIS



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art . 4º, § 1)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB *
Receita Total	47.640.700,00	46.029.661,84	0,01	49.298.395,00	46.132.009,22	0,01	50.983.630,00	46.220.696,85	0,01
Receitas Primárias (I)	47.426.200,00	45.822.415,46	0,01	49.067.885,00	45.916.304,64	0,01	50.736.430,00	45.996.590,48	0,01
Despesa Total	47.736.000,00	46.121.739,13	0,01	49.400.000,00	46.227.088,23	0,01	49.881.050,00	45.221.120,79	0,01
Despesas Primárias (II)	47.126.000,00	45.532.367,15	0,01	48.775.000,00	45.642.231,35	0,01	49.240.625,00	44.640.524,83	0,01
Resultado Primário (III) = (I - II)	300.200,00	290.048,31	0,00	292.885,00	274.073,29	0,00	1.495.805,00	1.356.065,65	0,00
Resultado Nominal	1.137.435,92	1.098.971,90	0,00	1.253.370,36	1.172.867,66	0,00	2.053.370,36	1.861.542,79	0,00
Dívida Pública Consolidada	2.016.224,16	1.948.042,67	0,00	1.319.594,52	1.234.838,31	0,00	622.964,88	564.766,98	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-7.183.775,84	-6.940.846,22	0,00	-5.930.405,48	-5.549.501,57	0,00	-3.877.035,12	-3.514.839,27	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Valor Corrente / PIB x 100

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - VALORES PREVISTOS (EM REAIS)		
2022	2023	2024
645.000.000.000,00	650.000.000.000,00	650.000.000.000,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS (EM %)		
2022	2023	2024
3,50	3,25	3,22

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2020 - (a)	% PIB	METAS REALIZADAS EM 2020 - (b)	% PIB	VARIÇÃO	
					(c) = (b - a)	% (c / a) * 100
Receita Total	43.817.047,00	0,01	53.855.032,26	0,01	10.037.985,26	22,91
Receitas Primárias (I)	43.030.497,00	0,01	52.749.340,48	0,01	9.718.843,48	22,59
Despesa Total	44.153.620,00	0,01	48.729.232,43	0,01	4.575.612,43	10,36
Despesas Primárias (II)	43.785.620,00	0,01	48.238.523,65	0,01	4.452.903,65	10,17
Resultado Primário (III) = (I - II)	-755.123,00	0,00	4.510.816,83	0,00	5.265.939,83	-697,36
Resultado Nominal	-15.198.771,48	0,00	-9.353.621,66	0,00	5.845.149,82	-38,46
Dívida Pública Consolidada	1.683.124,24	0,00	1.683.124,24	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-15.225.873,46	0,00	-15.452.880,67	0,00	-227.007,21	1,49

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - EXERCÍCIO DE 2020 (EM REAIS)

VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
610.000.000.000,00	641.083.100.000,00

AS METAS E AVALIAÇÕES SERÃO ENVIADAS POSTERIORMENTE NO PROJETO DE LEI DO PPA.

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	38.535.000,00	43.817.047,00	13,71	45.300.000,00	3,38	47.640.700,00	5,17	49.298.395,00	3,48	50.983.630,00	3,42
Receitas Primárias (I)	38.458.700,00	43.030.497,00	11,89	45.173.500,00	4,98	47.426.200,00	4,99	49.067.885,00	3,46	50.736.430,00	3,40
Despesa Total	38.535.000,00	44.153.620,00	14,58	47.703.000,00	8,04	47.736.000,00	0,07	49.400.000,00	3,49	49.881.050,00	0,97
Despesas Primárias (II)	38.152.632,45	43.785.620,00	14,76	47.050.000,00	7,46	47.126.000,00	0,16	48.775.000,00	3,50	49.240.625,00	0,95
Resultado Primário (III) = (I - II)	306.067,55	-755.123,00	-346,72	-1.876.500,00	148,50	300.200,00	-116,00	292.885,00	-2,44	1.495.805,00	410,71
Resultado Nominal	423.208,90	-15.198.771,48	-3.691,32	6.904.661,70	-145,43	1.137.435,92	-83,53	1.253.370,36	10,19	2.053.370,36	63,83
Dívida Pública Consolidada	1.272.898,02	1.683.124,24	32,23	2.678.788,24	59,16	2.016.224,16	-24,73	1.319.594,52	-34,55	622.964,88	-52,79
Dívida Consolidada Líquida	-27.101,98	-15.225.873,46	56.079,93	-8.321.211,76	-45,35	-7.183.775,84	-13,67	-5.930.405,48	-17,45	-3.877.035,12	-34,62

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	41.787.161,33	45.460.186,26	8,79	45.300.000,00	-0,35	46.029.661,84	1,61	46.132.009,22	0,22	46.220.696,85	0,19
Receitas Primárias (I)	41.704.421,99	44.644.140,64	7,05	45.173.500,00	1,19	45.822.415,46	1,44	45.916.304,64	0,20	45.996.590,48	0,17
Despesa Total	41.787.161,33	45.809.380,75	9,63	47.703.000,00	4,13	46.121.739,13	-3,31	46.227.088,23	0,23	45.221.120,79	-2,18
Despesas Primárias (II)	41.372.523,87	45.427.580,75	9,80	47.050.000,00	3,57	45.532.367,15	-3,23	45.642.231,35	0,24	44.640.524,83	-2,19
Resultado Primário (III) = (I - II)	331.898,12	-783.440,11	-336,05	-1.876.500,00	139,52	290.048,31	-115,46	274.073,29	-5,51	1.356.065,65	394,78
Resultado Nominal	458.925,62	-15.768.725,41	-3.536,01	6.904.661,70	-143,79	1.098.971,90	-84,08	1.172.867,66	6,72	1.861.542,79	58,72
Dívida Pública Consolidada	1.380.324,25	1.746.241,40	26,51	2.678.788,24	53,40	1.948.042,67	-27,28	1.234.838,31	-36,61	564.766,98	-54,26
Dívida Consolidada Líquida	-29.389,25	-15.796.843,71	53.650,41	-8.321.211,76	-47,32	-6.940.846,22	-16,59	-5.549.501,57	-20,05	-3.514.839,27	-36,66

ÍNDICES DE INFLAÇÃO (EM %)

2019	2020	2021	2022	2023	2024
4,31	4,52	3,75	3,50	3,25	3,22



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III)

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio / Capital	50.726.980,08	50,00	35.778.267,63	50,00	26.409.742,63	50,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	50.726.980,08	50,00	35.778.267,63	50,00	26.409.742,63	50,00
TOTAL	101.453.960,16	100,00	71.556.535,26	100,00	52.819.485,26	100,00



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III)

Valores em R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	322.185,00	0,00	53.745,00
Alienação de bens Móveis	322.185,00	0,00	53.745,00
Alienação de bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	9.438.198,48	2.157.022,64	1.360.039,84
Despesas de Capital	9.438.198,48	2.157.022,64	1.360.039,84
Investimentos	9.088.248,72	1.930.286,64	1.143.033,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	349.949,76	226.736,00	217.006,62
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2020 (g) = (Ia - IId + IIIh)	2019 (h) = (Ib - IId + IIIi)	2018 (i) = (Ic - IIIf)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (III)	-3.459.616,83	-1.302.594,19	3.700,65
VALOR (IV) = (I - II + III)	-12.575.630,31	-3.459.616,83	-1.302.594,19



**RELATÓRIO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEIDE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
IPTU - Multas e Juros da Dívida Ativa	Anistia	TRIBUTOS/ANISTIA/EMPRESAS/POPULAÇÃO	50.000,00	50.000,00	50.000,00	AUMENTO DA ALÍQUOTA DE 2% PARA 3% COMO FORMA DE COMPENSAÇÃO PARA COBRIR A ANISTIA. E RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA DE IPTU ISENTANDO AS MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA DE IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 DEVIDO A PANDEMIA.
Total			50.000,00	50.000,00	50.000,00	



CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA**

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

Entidade: **CAMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA**

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

**MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA****CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022**

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$1,00

CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustracao de Arrecadacao	0,00		0,00
Restituicao de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projecoes	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00
TOTAL	0,00		0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	1.000.000,00	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADO EM JULGADO EM FORMA DE RPV, OU PRECATÓRIOS DO TJMG. E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DO OTÁVIO.	1.000.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	1.000.000,00		1.000.000,00



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustracao de Arrecadacao	100.000,00	INSCRIÇÃO EM DIVIDA ATIVA, FISCALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE METODOS DE COBRANCA.	100.000,00
Restituicao de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projecoes	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	100.000,00		100.000,00
TOTAL	1.100.000,00		1.100.000,00



METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
RECEITAS CORRENTES (I)	42.721.369,06	50.281.313,62	17,70	45.200.000,00	-10,11	47.540.700,00	5,18	49.188.395,00	3,47	50.863.630,00	3,41
Receita Tributária	4.582.319,72	5.123.653,94	11,81	5.080.500,00	-0,84	5.928.400,00	16,69	6.137.220,00	3,52	6.342.250,00	3,34
Receita de Impostos	3.743.654,42	4.480.711,20	19,69	4.092.500,00	-8,66	4.870.600,00	19,01	5.042.920,00	3,54	5.210.350,00	3,32
Taxas	838.140,49	642.942,74	-23,29	987.000,00	53,51	1.056.800,00	7,07	1.093.100,00	3,43	1.130.500,00	3,42
Contribuição de Melhoria	524,81	0,00	-100,00	1.000,00	-100,00	1.000,00	0,00	1.200,00	20,00	1.400,00	16,67
Receita de Contribuições	1.444.567,38	1.547.009,83	7,09	1.686.000,00	8,98	1.750.000,00	3,80	1.803.000,00	3,03	1.867.000,00	3,55
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.444.567,38	1.547.009,83	7,09	1.686.000,00	8,98	1.750.000,00	3,80	1.803.000,00	3,03	1.867.000,00	3,55
Receitas Patrimoniais	132.976,37	185.783,16	39,71	216.500,00	16,53	254.500,00	17,55	263.510,00	3,54	274.200,00	4,06
Receitas Imobiliárias	21.284,76	29.148,32	36,94	30.000,00	2,92	30.000,00	0,00	31.000,00	3,33	32.000,00	3,23
Receitas de Valores Mobiliários	111.691,61	78.965,58	-29,30	126.500,00	60,20	114.500,00	-9,49	120.510,00	5,25	127.200,00	5,55
Juros de Títulos de Renda	111.691,61	78.965,58	-29,30	126.500,00	60,20	114.500,00	-9,49	120.510,00	5,25	127.200,00	5,55
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	77.669,26	-100,00	60.000,00	-22,75	110.000,00	83,33	112.000,00	1,82	115.000,00	2,68
Receita de Serviços	234.237,40	202.600,72	-13,51	309.100,00	52,57	307.400,00	-0,55	318.040,00	3,46	326.800,00	2,75
Transferências Correntes	35.697.418,04	42.391.300,54	18,75	37.888.000,00	-10,62	39.279.000,00	3,67	40.643.895,00	3,47	42.029.130,00	3,41
Transferências Intergovernamentais	40.886.562,09	47.643.489,06	16,53	43.698.000,00	-8,28	45.334.000,00	3,74	46.910.795,00	3,48	48.505.730,00	3,40
Deduções do FUNDEB	-5.189.144,05	-5.252.188,52	1,21	-5.810.000,00	10,62	-6.055.000,00	4,22	-6.266.900,00	3,50	-6.476.600,00	3,35
Outras Receitas Correntes	629.850,15	830.965,43	31,93	19.900,00	-97,61	21.400,00	7,54	22.730,00	6,21	24.250,00	6,69
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.151.960,21	3.690.341,68	220,35	100.000,00	-97,29	100.000,00	0,00	110.000,00	10,00	120.000,00	9,09
Operações de Crédito	217.853,27	704.541,20	223,40	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Operações de Crédito Internas	217.853,27	704.541,20	223,40	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Alienação de Ativos	0,00	322.185,00	-100,00	0,00	-100,00	100.000,00	-100,00	110.000,00	10,00	120.000,00	9,09
Alienação de Bens Móveis	0,00	322.185,00	-100,00	0,00	-100,00	100.000,00	-100,00	110.000,00	10,00	120.000,00	9,09
Transferências de Capital	934.106,94	2.663.615,48	185,15	100.000,00	-96,25	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
OUTRAS DEDUÇÕES (III)	0,00	-116.623,04	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
TOTAL (IV) = (I) + (II) - (III)	43.873.329,27	53.855.032,26	22,75	45.300.000,00	-15,89	47.640.700,00	5,17	49.298.395,00	3,48	50.983.630,00	3,42



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Receita: IRRF do Trabalho - Principal

DESCRIÇÃO

Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: IRRF Outros Rendimentos - Principal

DESCRIÇÃO

Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: IPTU - Imp Prop. Predial Territ Urbana-Principal

DESCRIÇÃO

Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: IPTU - Multas e Juros

DESCRIÇÃO

Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: IPTU - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: IPTU - Multas e Juros da Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: ITBI - Principal

DESCRIÇÃO

Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: ITBI - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: ITBI - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: ITBI - Multas e Juros da Dívida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: ISSQN - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: ISSQN - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: ISSQN - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: ISSQN - Multas e Juros da Dívida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Taxas p/ Prestacao de Servicos - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Taxas p/ Prestacao de Servicos - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Taxas p/ Prestacao de Servicos - Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Taxas p/ Prest. de Serv. - Multas e Juros D. Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Taxa Inspecao, Contr. Fiscal. Outras-Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Taxa Inspecao, Cont. Fiscal. Outras-Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Taxa Inspecao, Contr. Fiscal Outras - Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Taxa Inspecao, Contr. Fiscal-D.Ativa- Multas/Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Outras Contrib. Melhoria - Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Outras Contrib. Melhoria - Multas e Juros D. Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: CONT. P/ CUSTEIO SERV. ILUMIN. PUBLICA - PRINCIPAL

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cont. p/ Custeio Serv. Ilumin. Publica - DESV.30%

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Aluguéis e Arrendamentos - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Outros Rec. Nao Vinculados

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FUNDEB

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - ENSINO

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - SAUDE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Remun. Depósitos Bancários - Ref. Hospital

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - SERSAU

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - CIDE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - ILUMIN

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados PTE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - FOR.VS

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - FNAS

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados - PNAE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - PNATE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - O.FNDE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - QESE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - BLATB

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - BLMAC

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - BLVGS

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - BLAFB

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FININV

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - F.E.S

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - F.E.A.S

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FUMPAC

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FMAS

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FIA

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - ALIENA

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Rendimento Bancario - ALIESA

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Rendimento ALIEDU

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: RECEITA DE OPERACIONALIZACAO DE VALE ALIMENTACAO

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Serviços Adm. e Comerciais Gerais - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Serviços Adm. e Comerciais Gerais - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Serviços Adm. e Comerciais Gerais - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Serviços Adm. e Comerc. Gerais -Multas/Jur D.Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Serviços de Transporte - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Serviços de Transporte - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Serviços de Transporte - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Serviços de Transporte - Multas e Juros Div. Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Outros Serviços de Saúde - Principal SERSAU

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Dezembro - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Julho - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte do ITR - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-parte da CFEM - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte do FEP - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Transf de Rec do SUS-Rep Fundo a Fundo - BLATB

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf. do SUS - Vigilância em Saúde - BLVGS

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transferências do Salário-Educação -Principal QESE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PNAE - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PNATE - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf Financeira ICMS Desoneração - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf.Rec. Fundo Nac.Assist.Social FNAS-PAIF

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf.Rec. Fundo Nac.Assist.Social FNAS-IGDBF

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Transf.Rec. Fundo Nac.Assist.Social FNAS-IGDSUAS

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf.Rec. Fundo Nac.Assist.Social FNAS-PACI

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf.Rec. Fundo Nac.Assist.Social FNAS- BLPSEA

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte do ICMS - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte do IPVA - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Cota-Parte da CIDE - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Tran.Rec Est Prog Saud/Rep Fundo a Fundo PESC

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Tran.Rec Est Prog Saud/Rep Fundo a Fundo MED.EST

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf Conv dos Est Dest Prog Educacao PTE

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transf. Rec. Fundo Estadual Assist. Social PMIAS

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: TRANSFERENCIA DE CONVENIO COM OS CORREIOS

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Transferencias de Recursos do FUNDEB - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Outras Transferencias de Pessoas Fisicas - FIA

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Outras Transferencias de Pessoas Fisicas - FMI

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Multas Prev em Legislacao Especifica - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Multas Prev Legislacao Especifica - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Multas Prev Legislacao Especifica - Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Multas Prev Leg Espec - Div Ativa - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: MULTA E JUROS SOBRE CONTRATOS - LICITACAO

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Outras Restituicoes - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Outras Restituicoes - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Outras Receitas - Primarias - Principal

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.

Receita: Alienacao de Veiculos

DESCRIÇÃO
Média das receitas arrecadadas nos exercícios anteriores mais a projeção da inflação para os períodos subsequentes.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
DESPESAS CORRENTES (I)	36.921.382,19	39.122.095,59	5,96	43.060.000,00	10,07	43.076.000,00	0,04	44.230.000,00	2,68	45.201.050,00	2,20
Pessoal e Encargos Sociais	21.463.338,47	23.513.671,12	9,55	23.800.000,00	1,22	24.700.000,00	3,78	25.500.000,00	3,24	25.840.000,00	1,33
Juros e Encargos da Dívida	142.357,46	140.759,02	-1,12	200.000,00	42,09	150.000,00	-25,00	155.000,00	3,33	160.425,00	3,50
Outras Despesas Correntes	15.315.686,26	15.467.665,45	0,99	19.060.000,00	23,22	18.226.000,00	-4,38	18.575.000,00	1,91	19.200.625,00	3,37
DESPESAS DE CAPITAL (II)	2.166.549,64	9.607.136,84	343,43	4.493.000,00	-53,23	4.510.000,00	0,38	5.020.000,00	11,31	4.530.000,00	-9,76
Investimentos	1.939.813,64	9.257.187,08	377,22	4.040.000,00	-56,36	4.050.000,00	0,25	4.550.000,00	12,35	4.050.000,00	-10,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Amortização de Dívida	226.736,00	349.949,76	54,34	453.000,00	29,45	460.000,00	1,55	470.000,00	2,17	480.000,00	2,13
RESERVAS (III)	0,00	0,00	-100,00	150.000,00	-100,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	-100,00	150.000,00	-100,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
DESPESA TOTAL	39.087.931,83	48.729.232,43	24,67	47.703.000,00	-2,11	47.736.000,00	0,07	49.400.000,00	3,49	49.881.050,00	0,97

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Descrição: Despesas com Juros e Encargos

DESCRIÇÃO

MÉDIA DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES MAS PREVISÃO DE INFLAÇÃO DOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Despesas com Amortização de Dívida

DESCRIÇÃO
MÉDIA DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES MAS PREVISÃO DE INFLAÇÃO DOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES DE ACORDO COM OS CONTRATOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO.

Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

DESCRIÇÃO
MÉDIA DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES MAS PREVISÃO DE INFLAÇÃO DOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES.

Descrição: Outras Despesas Correntes

DESCRIÇÃO
MÉDIA DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES MAS PREVISÃO DE INFLAÇÃO DOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES.

Descrição: Investimentos

DESCRIÇÃO
MÉDIA DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES MAS PREVISÃO DE INFLAÇÃO DOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES.

Descrição: Inversões Financeiras

DESCRIÇÃO
NÃO HOUVE

Descrição: Reservas de Contingência

DESCRIÇÃO
MÉDIA DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES MAS PREVISÃO DE INFLAÇÃO DOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

DESCRIÇÃO
Previsão de despesas para manter as atividades do Poder Legislativo e administração da Câmara Municipal de Borda da Mata MG.
Recursos oriundos dos repasses feito pelo pode executivo, fixado em 7% da Receita Tributária.
O reajuste com despesas total pessoal (subsídio dos vereadores, salário dos servidores efetivos e comissionados), serão feitos anual através de projetos de leis e demonstrado através Impacto Orçamentário. Calculo com aumento entre 8 a 10% nas despesas correntes demais anos permanece em valores iguais até regularizar a projeção com realmente realizado.

Descrição: Outras Despesas Correntes

DESCRIÇÃO
Previsão de despesas para manter as atividades do Poder Legislativo e administração da Câmara Municipal de Borda da Mata MG.
Recursos oriundos dos repasses feito pelo pode executivo, fixado em 7% da Receita Tributária.
O reajuste com despesas total pessoal (subsídio dos vereadores, salário dos servidores efetivos e comissionados), serão feitos anual através de projetos de leis e demonstrado através Impacto Orçamentário. Calculo com aumento entre 8 a 10% nas despesas correntes demais anos permanece em valores iguais até regularizar a projeção com realmente realizado.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Investimentos

DESCRIÇÃO
Previsão de despesas para manter as atividades do Poder Legislativo e administração da Câmara Municipal de Borda da Mata MG.
Calculo com aumento entre 8 a 10% nas despesas correntes demais anos permanece em valores iguais até regularizar a projeção com realmente realizado.



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	42.721.369,06	50.164.690,58	45.200.000,00	47.540.700,00	49.188.395,00	50.863.630,00
Receita Tributária	4.582.319,72	5.010.336,43	5.080.500,00	5.928.400,00	6.137.220,00	6.342.250,00
Receita de Contribuição	1.444.567,38	1.547.009,83	1.686.000,00	1.750.000,00	1.803.000,00	1.867.000,00
Receita Patrimonial	132.976,37	185.783,14	216.500,00	254.500,00	263.510,00	274.200,00
Aplicações Financeiras (II)	111.691,61	78.965,56	126.500,00	114.500,00	120.510,00	127.200,00
Outras Receitas Patrimoniais	21.284,76	106.817,58	90.000,00	140.000,00	143.000,00	147.000,00
Transferências Correntes	35.697.418,04	42.387.995,03	37.888.000,00	39.279.000,00	40.643.895,00	42.029.130,00
Demais Receitas Correntes	864.087,55	1.033.566,15	329.000,00	328.800,00	340.770,00	351.050,00
Receitas Fiscais Correntes (III) = (I - II)	42.609.677,45	50.085.725,02	45.073.500,00	47.426.200,00	49.067.885,00	50.736.430,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.151.960,21	3.690.341,68	100.000,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00
Operações de Crédito (V)	217.853,27	704.541,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	322.185,00	0,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00
Transferência de Capital	934.106,94	2.663.615,48	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI)	934.106,94	2.663.615,48	100.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	43.543.784,39	52.749.340,50	45.173.500,00	47.426.200,00	49.067.885,00	50.736.430,00



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (X)	36.921.382,19	39.122.095,59	43.060.000,00	43.076.000,00	44.230.000,00	45.201.050,00
Pessoal e Encargos Sociais	21.463.338,47	23.513.671,12	23.800.000,00	24.700.000,00	25.500.000,00	25.840.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	142.357,46	140.759,02	200.000,00	150.000,00	155.000,00	160.425,00
Outras Despesas Correntes	15.315.686,26	15.467.665,45	19.060.000,00	18.226.000,00	18.575.000,00	19.200.625,00
Despesas Fiscais Correntes (XII) = (X - XI)	36.779.024,73	38.981.336,57	42.860.000,00	42.926.000,00	44.075.000,00	45.040.625,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.166.549,64	9.607.136,84	4.493.000,00	4.510.000,00	5.020.000,00	4.530.000,00
Investimentos	1.939.813,64	9.257.187,08	4.040.000,00	4.050.000,00	4.550.000,00	4.050.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	226.736,00	349.949,76	453.000,00	460.000,00	470.000,00	480.000,00
Despesas Fiscais de Capital (XV) = (XIII - XIV)	1.939.813,64	9.257.187,08	4.040.000,00	4.050.000,00	4.550.000,00	4.050.000,00
RESERVAS (XVI)	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
DESPESAS NAO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	38.718.838,37	48.238.523,65	47.050.000,00	47.126.000,00	48.775.000,00	49.240.625,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	4.824.946,02	4.510.816,85	-1.876.500,00	300.200,00	292.885,00	1.495.805,00



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRIÇÃO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRIÇÃO



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.272.898,02	1.683.124,24	2.678.788,24	2.016.224,16	1.319.594,52	622.964,88
DEDUÇÕES (II)	1.300.000,00	16.908.997,70	11.000.000,00	9.200.000,00	7.250.000,00	4.500.000,00
Ativo Disponível	1.900.000,00	18.210.470,92	12.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	5.000.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	600.000,00	1.301.473,22	1.000.000,00	800.000,00	750.000,00	500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-27.101,98	-15.225.873,46	-8.321.211,76	-7.183.775,84	-5.930.405,48	-3.877.035,12
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-27.101,98	-15.225.873,46	-8.321.211,76	-7.183.775,84	-5.930.405,48	-3.877.035,12
RESULTADO NOMINAL	423.208,90	-15.198.771,48	6.904.661,70	1.137.435,92	1.253.370,36	2.053.370,36



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRIÇÃO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRIÇÃO



MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 14 - MONTANTE DA DÍVIDA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	Realizado - 2019	Realizado - 2020	Previsto - 2021	Previsto - 2022	Previsto - 2023	Previsto - 2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.722.579,89	1.683.124,24	2.678.788,24	2.016.224,16	1.319.594,52	622.964,88
DEDUÇÕES (II)	7.821.838,90	17.136.004,91	11.000.000,00	9.200.000,00	7.250.000,00	4.500.000,00
Ativo Disponível	8.566.416,90	18.210.470,92	12.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	5.000.000,00
Haveres Financeiros	262.230,33	227.007,21	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.006.808,33	1.301.473,22	1.000.000,00	800.000,00	750.000,00	500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.099.259,01	-15.452.880,67	-8.321.211,76	-7.183.775,84	-5.930.405,48	-3.877.035,12

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO MONTANTE DA DÍVIDA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO



Relatório	Página
Mensagem da LDO	3
Projeto de Lei da LDO	5
Anexo - Demonstrativo das Metas Anuais	16
Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	17
Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	18
Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido	19
Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	20
Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita	21
Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	22
Demonstrativo 9 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	24
Demonstrativo 10 - Total das Receitas e Memória de Cálculo	28
Demonstrativo 11 - Total das Despesas e Memória de Cálculo	42
Demonstrativo 12 - Resultado Primário e Memória de Cálculo	46
Demonstrativo 13 - Resultado Nominal e Memória de Cálculo	49
Demonstrativo 14 - Montante da Dívida e Memória de Cálculo	51